



Ensino de História, História Pública e formação docente

CRISTIANO NICOLINI

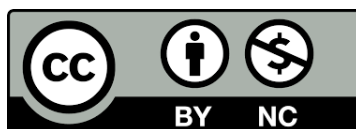
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e268192, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.268192>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Ensino de História, História Pública e formação docente

RESUMO: O ensino de História no Brasil enfrenta desafios devido à crescente influência da esfera pública, onde a escola se torna apenas um dos diversos espaços de aprendizagem. Na Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás, a formação docente ocorre ao longo de todo o curso, mas é nos estágios supervisionados que esse processo articula, de forma mais evidente, as dimensões do ensino e da pesquisa, estimulando projetos pautados pelos pressupostos de uma didática da história ampliada. Além disso, ações desenvolvidas pelo *Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica (AprendHis)* e pelo *Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (LEPEHIS)* conectam escola, sociedade e universidade. A articulação entre ensino, História Pública e formação docente destaca a importância do professor como mediador crítico dos diferentes saberes e linguagens presentes na esfera pública.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; História Pública; formação docente; Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

Enseñanza de la historia, historia pública y formación docente

RESUMEN: La enseñanza de la Historia en Brasil se enfrenta a retos debido a la creciente influencia de la esfera pública, donde la escuela se convierte en solo uno de los diversos espacios de aprendizaje. En la Licenciatura en Historia de la Universidad Federal de Goiás, la formación docente se lleva a cabo a lo largo de todo el curso, pero es en las prácticas supervisadas donde este proceso articula, de manera más evidente, las dimensiones de la enseñanza y la investigación, estimulando proyectos basados en los supuestos de una didáctica de la historia ampliada. Además, las acciones desarrolladas por el Grupo de Investigación y Estudios en Aprendizaje Histórico (AprendHis) y por el Laboratorio de Enseñanza, Investigación y Extensión en Historia (LEPEHIS) conectan la escuela, la sociedad y la universidad. La articulación entre la enseñanza, la historia pública y la formación docente destaca la importancia del profesor como mediador crítico de los diferentes conocimientos y lenguajes presentes en la esfera pública.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de Historia; Historia Pública; formación docente; Facultad de Historia da Universidade Federal de Goiás.

Teaching History, Public History and teacher formation

ABSTRACT: The teaching of History in Brazil faces challenges due to the growing influence of the public sphere, where the school becomes just one of the various learning spaces. In the History Degree at the Federal University of Goiás, teacher formation occurs throughout the entire course, but it is in supervised internships that this process more evidently articulates the dimensions of teaching and research, encouraging projects guided by the assumptions of an expanded history didactics. Additionally, actions developed by the *Research and Studies Group in Historical Learning (AprendHis)* and the *Laboratory of Teaching, Research, and Extension in History (LEPEHIS)* connect school, society, and university. The articulation between teaching, Public History, and teacher training highlights the importance of the teacher as a critical mediator of the different knowledge and languages present in the public sphere.

KEYWORDS: History teaching; Public History; teacher formation; Faculty of History da Universidade Federal de Goiás.

Ensino de História, História Pública e formação docente

CRISTIANO NICOLINI

Introdução

O ensino de História tem passado por transformações significativas no Brasil, especialmente com a ampliação do acesso às tecnologias digitais e mídias sociais. A escola deixou de ser a fonte única ou principal de aprendizado, convivendo com canais de informação imediatos e múltiplas narrativas sobre o passado. Nesse contexto, a História Pública emerge como uma interessante possibilidade para a formação de professores e para a construção de práticas pedagógicas mais significativas e contextualizadas. Além disso, pesquisadores do campo da Didática da História se articulam a essas discussões, apresentando uma vasta produção que vem crescendo nos últimos anos no Brasil. Diferentes objetos ligados à esfera pública potencializam as discussões acerca da aprendizagem histórica e da construção de sentido em contexto escolar, sem perder de vista os saberes e experiências vivenciados em múltiplos espaços em que o conhecimento histórico circula.

Assim como a escola e a sala de aula são espaços de produção e compartilhamento de conhecimentos históricos, também outros meios participam da formação da cultura histórica em que crianças e jovens estão inseridos. Pensar a formação a partir de uma didática da história ampliada,¹ nesse sentido, exige considerar essas conexões, já que elas influenciam o que se aprende e o que se ensina nos contextos acadêmicos e escolares. Aqui, surge a questão: até que ponto as instituições escutam as narrativas que vêm de fora da educação formal? De que maneira os saberes que circulam na esfera pública entram na sala de aula e como os professores lidam com essas narrativas que extrapolam os limites do currículo?²

¹ Maria da Conceição Silva, Breno Mendes e Cristiano Nicolini, *Didática da história: perspectivas, debates e possibilidades*, Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

² Cristiano Nicolini, "Didática da História e a esfera pública", in Arnaldo Szlachta (et al.), *Didática da história: abordagens e conceitos para sala de aula*, Recife: Edupe, 2025, pp. 251-264.

O presente artigo apresenta algumas propostas desenvolvidas no curso de Licenciatura em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (doravante FH-UFG), no período de 2020 a 2025. Primeiramente será analisado um conjunto de trabalhos resultantes dos estágios supervisionados, através de relatórios e artigos publicados pelos discentes. Nessas fontes são analisadas as articulações entre Ensino de História e História Pública, resultantes de pesquisas desenvolvidas em contexto escolar.

Em seguida, apresentam-se outras estratégias promovidas pela unidade acadêmica para além dos estágios, mas que se articulam a esse componente curricular de forma direta ou indireta: o Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica (AprendHis) e o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (LEPEHIS), espaços em que diferentes sujeitos se encontram para compartilhar experiências que evidenciam as relações entre Ensino de História e História Pública.

Estágio supervisionado e formação docente

No curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás a formação docente e do historiador é compreendida de forma indissociável. Durante os quatro estágios que compõem o currículo do curso os discentes desenvolvem um projeto de investigação inserido no contexto escolar. Nesse percurso, os professores orientadores auxiliam na escolha dos temas e sua delimitação, no Estágio I; na elaboração do projeto em diálogo com as experiências na escola-campo, no Estágio II; e finalmente no desenvolvimento da pesquisa, nos Estágios III e IV. Os resultados são apresentados em forma de artigo, comunicação oral no Seminário de Estágio e publicação do texto final nos Anais digitais do evento.³

Para a presente análise foram selecionados relatórios e textos dos Anais do Seminário de Estágio elaborados pelos licenciandos no período de 2020 a 2025, pois nesse recorte foi possível identificar o aparecimento do termo História Pública nas produções discentes, sinalizando o início de um diálogo mais evidente entre o ensino de História e os usos públicos do passado no tempo presente. Nesse sentido, a disciplina de Didática da História, ofertada como componente obrigatório antes do início dos estágios, influenciou de forma marcante essas investigações ao estimular abordagens que contemplam a dimensão pública do conhecimento histórico em diálogo com a cultura escolar.

³ Universidade Federal de Goiás (UFG), *Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado*, Goiânia: Faculdade de História, 2022, pp. 4-5.

Segundo Rafael Saddi,⁴ a Didática da História Pública propõe que o ensino de História não se limite à transmissão de conteúdos, mas que se estabeleça uma relação entre a escola e a sociedade, de modo que o conhecimento histórico seja apropriado e reelaborado por diferentes públicos. Nesse sentido, a disciplina de Didática da História, ofertada como componente obrigatório antes do início dos estágios, atuou como mediadora dessa aproximação ao estimular abordagens que contemplam a dimensão pública do conhecimento histórico, integrando saberes escolares e experiências sociais. Essa perspectiva permite compreender que o aprendizado de História se dá não pela memorização de fatos, mas pela interação com múltiplas narrativas históricas, favorecendo práticas docentes mais reflexivas e contextualizadas, alinhadas à ideia de História Pública, que enfatiza a construção coletiva do sentido histórico e a responsabilidade social do ensino de História.

Um exemplo de abordagem que pensa o ensino de História em diálogo com a História Pública é o artigo “Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula”,⁵ de Marta Gouveia de Oliveira Rovai, no qual ela discute como essa interface pode ocorrer por meio do uso dos testemunhos da Comissão Nacional da Verdade. A autora argumenta que esses relatos são importantes fontes para a sala de aula, pois permitem trabalhar não apenas o conhecimento histórico, mas também as disputas de memória e os usos públicos do passado. Rovai propõe que o professor utilize os depoimentos como recurso pedagógico para problematizar silenciamentos, refletir sobre a democracia e desenvolver a consciência histórica dos estudantes.

Outro estudo que pode nos ajudar a compreender essa relação é o artigo “Usos públicos da História: origens do debate e desdobramentos no ensino de História”,⁶ em que Ana Lima Kallás analisa a formação do conceito de usos públicos da história, originado na Alemanha nos anos 1980, e sua posterior expansão para diferentes contextos. A autora mostra como esse debate se relaciona com memória, identidade e poder, evidenciando as disputas em torno de quais versões do passado se tornam hegemônicas. Kallás organiza os usos públicos da história em três campos principais: revisionismos históricos, história pública e ensino de história. Ressalta que o espaço escolar é

⁴ Rafael Saddi, “O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma Didática da História ampliada”, *Acta scientiarum*, v. 34, n. 2 (2012), pp. 211-220, <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.16989>.

⁵ Marta Gouveia de Oliveira Rovai, “Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula”, *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15 (2019), pp. 89-110, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.506>.

⁶ Ana Lima Kallás, “Usos públicos da História: origens do debate e desdobramentos no ensino de História”, *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12 (2017), pp. 130-157, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.351>.

fundamental para trabalhar criticamente as narrativas sobre o passado, evitando passividade e negacionismos. Defende que professores e currículos devem incorporar a pluralidade de memórias e interpretações, promovendo a formação de uma consciência histórica crítica e democrática.

A aprendizagem histórica, nessa perspectiva, não se restringe à escola, pois ocorre em múltiplos espaços da cultura histórica — museus, filmes, livros, internet, memórias familiares, comemorações cívicas, discursos políticos, entre outros. Cultura histórica, nesse entendimento, é o conjunto de práticas, linguagens e representações pelas quais uma sociedade produz, transmite e consome sentidos sobre o passado.⁷ Nesse processo, formamos nossa consciência histórica, ou seja, a capacidade de interpretar o presente e projetar o futuro a partir da experiência histórica. Para Rüsen, essa consciência se manifesta em diferentes formas (tradicional, exemplar, crítica e genética), e é por meio dela que o passado deixa de ser mera informação e se torna referência para a identidade, a ação e as escolhas no tempo presente. Assim, aprendemos História tanto nos espaços formais de ensino quanto nas experiências cotidianas, sempre mediados pela cultura histórica em que estamos inseridos e pela forma como elaboramos nossa consciência histórica.

Essas relações são objeto de investigação de pesquisadores ligados à Rede Brasileira de Didática da História (redeDH), que reúne, há mais de duas décadas, pesquisadores dedicados ao estudo do ensino, da aprendizagem histórica e dos usos do passado em uma perspectiva ampliada que extrapola a sala de aula. Inspirada na tradição alemã da *Geschichtsdidaktik*, mas sem se limitar a ela, a *Rede* busca articular esses referenciais a contextos brasileiros e latino-americanos, promovendo diálogos interdisciplinares e práticas metodológicas plurais. Caracteriza-se como um espaço inclusivo, voltado ao acolhimento de novos pesquisadores, ao estímulo de debates e à promoção de ações formativas e eventos acadêmicos, como os Simpósios Internacionais de Didática da História. Mantendo compromisso com valores humanistas e democráticos, a *Rede* visa fortalecer e expandir o campo da Didática da História no país, consolidando um ambiente colaborativo e crítico em escala nacional e internacional.⁸

Um conceito-chave desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros é o de cultura histórica. Arnaldo Szlachta e Wilian Bonete, a partir da leitura de Jörn Rüsen, compreendem esse termo como o conjunto de formas pelas quais a sociedade produz, circula e consome sentidos sobre o passado, influenciando

⁷ Jörn Rüsen, *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*, Curitiba: EdUFPR, 2015.

⁸ “IFPR participa da organização do 2º Simpósio Internacional de Didática da História e da fundação da Rede Brasileira de Didática da História”, IFPR, <https://ifpr.edu.br/curitiba/ifpr-participa-da-organizacao-do-2o-simposio-internacional-de-didatica-da-historia-e-da-fundacao-da-rede-brasileira-de-didatica-da-historia/>.

diretamente a constituição da consciência histórica dos sujeitos. Os autores enfatizavam que estudantes chegam à escola portando narrativas, valores e representações oriundos dessa cultura histórica socialmente disseminada, o que exige que o ensino dialogue com esses repertórios prévios. Destacam o caráter disputado e formativo da cultura histórica, entendendo que o ensino de História deve possibilitar que os estudantes problematizem criticamente as narrativas em circulação, compreendendo suas condições de produção e seus usos públicos.⁹

Esse grupo, assim como a Rede Brasileira de História Pública (RBHP), são agentes que movimentam as interlocuções entre os saberes científicos e aqueles que emergem da esfera pública. A RBHP foi criada em 2012, após iniciativas como o Curso de Introdução à História Pública e o I Simpósio Internacional de História Pública na USP. Sua formalização ocorreu em Belo Horizonte, durante o evento “História pública: Vários públicos, várias narrativas”, promovido por programas de pós-graduação da UFF, UFMG e UFRGS, quando também foi divulgada sua Carta de Fundação. Desde então, a RBHP atua como uma rede descentralizada e autogerida que reúne pesquisadores, historiadores, educadores e profissionais de diversas áreas interessados em desenvolver e difundir a história pública no Brasil. Além de promover articulações entre universidades, instituições culturais, coletivos e comunidades, a rede organiza simpósios internacionais, encontros e publicações, consolidando-se como espaço permanente de debate e colaboração.¹⁰

Embora apresentem referenciais teóricos, abordagens e metodologias distintas, ambas as redes convergem ao reconhecer a importância dos saberes não científicos na elaboração do pensamento histórico. Essa convergência não apenas rompe com a tradição de privilegiar exclusivamente o conhecimento especializado da historiografia, mas também valoriza experiências, memórias, práticas comunitárias e repertórios culturais como componentes legítimos na compreensão do passado.

A partir dessa valorização ampliada dos modos de conhecer, consolidou-se um movimento que vem repercutindo de maneira significativa no ensino de História e na formação docente. No campo educacional, essa aproximação tem fortalecido propostas pedagógicas que articulam conhecimentos acadêmicos às vivências concretas dos estudantes e das comunidades, favorecendo processos de aprendizagem dialógicos. Na formação de professores, tem influenciado na

⁹ Arnaldo Szlachta e Wilian Junior Bonete, “A consciência histórica e a cultura histórica: construção de sentidos através da competência narrativa”, in Cristiano Nicolini, Maria da Conceição Silva (org.), *Natureza, diversidade e os desafios para a cultura histórica*, Teresina: Cancioneiro, 2025, pp. 105-128.

¹⁰ Rede Brasileira de História Pública, <https://historiapublica.net.br/a-rede-brasileira-de-historia-publica-historico-e-desenvolvimentos/>.

problematização de uma didática da repetição, fortemente impregnada no código disciplinar que se perpetuou na educação escolar. Flávia Caimi problematiza esse referencial tradicional do ensino de História ao evidenciar como ele se estruturou a partir de conteúdos rigidamente selecionados, de uma narrativa única e de uma concepção de passado apresentada como verdade estabilizada. Para a autora, esse modelo limita a aprendizagem histórica ao restringir a interpretação, silenciar sujeitos e experiências não hegemônicas e desconsiderar os saberes sociais que compõem as vivências dos estudantes e das comunidades. Ao questionar esse enquadramento disciplinar, Caimi defende a necessidade de um ensino mais aberto, dialógico e plural, que articule conhecimentos acadêmicos, culturas juvenis, práticas sociais de referência e diferentes formas de produção e circulação do conhecimento histórico, favorecendo a formação de uma consciência histórica crítica e situada.¹¹

Assim, a aproximação entre as redes de investigação não apenas enriqueceu o debate epistemológico, mas também contribuiu para transformar práticas e ampliar os horizontes formativos, promovendo um ensino de História mais inclusivo, sensível à diversidade e comprometido com a circulação social do conhecimento histórico. Tais relações perpassam o processo de formação docente, que ao dialogar com ensino e pesquisa evidencia a interferência desses saberes que circulam para além da escola e da universidade, porém em formatos e linguagens que nem sempre se aproximam da versão científica da História. A partir dessa constatação, na FH-UFG desenvolve-se um projeto de formação que visa contemplar essas distintas dimensões que impactam sobre a elaboração do conhecimento histórico, cujos resultados podem ser identificados e analisados em produções discentes apresentadas nos últimos cinco anos (2020-2025), de forma mais evidente. Apresentamos, a seguir, algumas dessas elaborações, bem como uma análise dos temas, abordagens e desdobramentos para o percurso formativo dos licenciandos.

Experiências e projetos desenvolvidos

Na FH-UFG os estágios supervisionados configuram-se como momentos essenciais para a formação docente e para o desenvolvimento de pesquisas

¹¹ Vitória Azevedo da Fonseca, Marcella Albaine Farias da Costa e Marcus Leonardo Bomfim Martins, “Entrevista com Flávia Caimi Entre afetos, aprendizagens e partilhas: desafios ao campo do Ensino de História”, *Revista História Hoje*, v. 10, n. 20 (2021), pp. 203-217, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i20.796>.

articuladas ao ensino de História. Entre 2020 e 2025, observou-se que grande parte dos trabalhos realizados pelos estagiários optou por temas relacionados à História Pública, evidenciando o interesse crescente em articular o ensino de História com os usos públicos do passado e a apropriação coletiva do conhecimento histórico. Essa tendência e a diversidade de abordagens adotadas pelos estudantes estão organizadas e apresentadas no quadro a seguir, permitindo uma visualização mais clara das temáticas exploradas ao longo do período analisado.

Quadro 1 - Pesquisas relacionadas à História Pública desenvolvidas nos estágios da FH-UFG entre 2020 e 2025

Tema/título	Estudante/s	Ano
A utilização das histórias em quadrinhos no ensino de história	Fábio Gomes de Almeida Júnior	2020
A construção da ideia de herói contemporâneo no Ocidente	Ezequiel Ribeiro, Fábio Gomes, João Victor Souza Ferreira e Rodrigo Castro	2020
Cinema e ensino de história: uma análise a partir de <i>Cabra Marcado para Morrer</i> (1984)	Ana Luísa Oliveira Rodrigues de Almeida	2021
O uso das plataformas digitais no ensino de história	Carolina Rodrigues Ferreira	2021
O ensino de história e o lúdico: <i>Percy Jackson</i> como recurso didático para a educação básica	Jéssica Fernanda de Sousa	2021
O cinema como ferramenta de ensino para a disciplina de história	Gabriel Gomes de Almeida Nery	2021
O uso de mídias e cinema e a percepção histórica de alunos do ensino fundamental	Euler de Oliveira Araújo	2021
Experiências nos estágios e o uso da música no ensino de História	Guilherme Rossi Alves	2021
A relação entre as ideias prévias constituídas na esfera pública com as narrativas produzidas em sala de aula com base na Educação Histórica	Rayane Barbosa Santos	2021
Tecnologia e o ensino de história: uma análise de dois canais voltados ao ensino de história no <i>Youtube</i>	Guilherme Rodrigues Maia Pimenta	2021
<i>Operação Valquíria</i> : cinema e representação histórica em sala de aula	Arthur Vieira Vilarinho	2021
<i>A odisseia de Hakim</i> : da Síria à sala de aula	Reyther Coutrin Vilard Silva	2021

Ensino de história e metodologias alternativas: mídias e materiais audiovisuais	Rafael Marinho da Silva	2021
O ensino da narrativa da história para crianças por meio de memes, em meio à pandemia do COVID-19	Julia Ortiz	2021
O ensino de temas sensíveis e usos públicos da história: o caso da ditadura militar brasileira na experiência de estágio supervisionado	Isabela Magioni Maróstica Mariano	2022
O uso público das narrativas históricas a partir dos lugares de memória de Campo Limpo de Goiás	Flavio Vinicius da Silva Souza	2022
Jogos eletrônicos e séries, a História nas histórias e seu uso em sala de aula	João Vitor Tavares Catenaci Cunha	2024
O TikTok e seu impacto na formação crítica de jovens e adolescentes	Rafaela Rocha Cardoso	2024
Museus, memória e patrimônio: possibilidades de apropriação do espaço público no ensino de História	Eduarda Veríssimo de Souza	2024
O uso dos esportes no ensino da história	Pedro Pereira Feitosa Neto	2024
A linguagem cinematográfica como instrumento de provocação no Ensino de História: formação do sujeito e utilizações em sala de aula	Ana Luiza Venâncio Lopes e Silva	2024
Interesses e perspectivas dos alunos acerca do ensino de História: distâncias e proximidades entre o aprendizado de História na sala de aula e no meio audiovisual	Phellipy Fontes da Silva	2024
O que os olhos veem, o coração sente: audiovisual, consciência histórica e identidade em sala de aula	Gabrielly Vieira de Souza	2024
O uso de quadrinhos no ensino de história	Isadora Portella Conde	2025
Entre reis e escravos: o <i>rap</i> na aula histórica como ferramenta na construção de identidades de resistência	Maria Luísa Alves de Abreu Pereira	2025

Fonte: O autor a partir dos dados fornecidos pela Coordenação de estágios da FH-UFG.

Ao analisar as pesquisas desenvolvidas nos estágios de História da FH-UFG entre 2020 e 2025, percebe-se uma forte predominância de temas ligados ao audiovisual como recurso pedagógico e campo de reflexão da História Pública. O cinema aparece de forma recorrente, seja como objeto central (“Cabra Marcado para Morrer”, “Operação Valquíria”), seja como linguagem e instrumento de ensino, ampliando-se ainda para as séries, jogos eletrônicos e

músicas. Essa ênfase revela o esforço em dialogar com a cultura juvenil, na qual as mídias audiovisuais ocupam papel central, e em explorar seu potencial para confrontar a consciência histórica e ampliar a aprendizagem a partir dos usos públicos da História.

Outro eixo expressivo é o das mídias digitais e plataformas *online*, com trabalhos que abordam o *YouTube*, o *TikTok* e os memes. Essas pesquisas evidenciam a atenção dos estagiários às novas linguagens de comunicação e à forma como elas moldam a relação dos jovens com a História, favorecendo reflexões sobre identidade, crítica social e formação cidadã. Maria Auxiliadora Schmidt explica esses encontros ao afirmar que

a relação intrínseca entre consciência histórica e vida prática remete, necessariamente, à compreensão de como a ação humana no presente está matizada pelas determinações das diferentes dimensões da cultura histórica: a dimensão cognitiva, estética, política, ética e moral, dependendo da abrangência dessas dimensões na formação da consciência histórica dos agentes. Assim, uma análise da relação entre a formação da consciência histórica e a vida prática de jovens pode levar em consideração o significado que têm determinados acontecimentos.¹²

Também se destacam, nos relatórios e textos dos estagiários, estudos sobre narrativas e representações históricas, que investigam desde a construção da ideia de herói contemporâneo até as representações da ditadura militar, privilegiando as ideias prévias dos alunos das escolas-campo. Esse conjunto de pesquisas dialoga diretamente com a Educação Histórica e com o conceito de consciência histórica, mostrando preocupação com a forma como o passado é apropriado, narrado e ressignificado em diferentes contextos.

Embora em menor número, os trabalhos voltados para memória, museus e patrimônio ampliam o alcance da História Pública para além da sala de aula, reforçando a importância de espaços culturais e lugares de memória como ambientes formativos. Já o eixo do lúdico e da cultura *pop* – com a utilização de histórias em quadrinhos, literatura fantástica como *Percy Jackson* e até mesmo os esportes – aponta para uma busca criativa por metodologias alternativas, aproximando a disciplina das referências cotidianas dos estudantes.

De modo geral, as pesquisas indicam que os estágios supervisionados têm funcionado como um campo fértil de experimentação teórico-metodológica e de diálogo entre História Pública, Didática da História e cultura juvenil. A predominância do audiovisual e das mídias digitais revela a centralidade

¹² Maria Auxiliadora Schmidt, “Jovens brasileiros, consciência histórica e vida prática”, *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9 (2016), pp. 31-48, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v5i9.232>.

dessas linguagens na formação dos estudantes, enquanto os trabalhos sobre memória e consciência histórica demonstram um esforço em conectar o ensino às discussões contemporâneas sobre identidade, usos do passado e cidadania.

Ao relacionar os temas investigados nos estágios supervisionados da FH-UFG (2020-2025) com o campo da História Pública no Brasil e suas interfaces com o ensino de História, percebe-se uma sintonia entre as pesquisas acadêmicas em formação docente e os debates mais amplos que vêm se consolidando no país. A História Pública brasileira, desde sua emergência nos anos 2000, tem se caracterizado por discutir os usos do passado na esfera pública, a circulação social do conhecimento histórico e a pluralidade de narrativas possíveis em torno da memória e da identidade.¹³ Nesse sentido, os trabalhos dos estágios refletem essa perspectiva ao buscar compreender como diferentes linguagens se tornam canais de mediação entre o saber histórico escolar e a cultura histórica vivida pelos estudantes.

No contexto do ensino, a aproximação com a História Pública se manifesta justamente na tentativa de romper com a concepção de sala de aula como espaço isolado, reconhecendo que os alunos já chegam à escola atravessados por referências históricas oriundas do cinema, da *internet*, das músicas, dos museus ou dos discursos políticos e midiáticos. Trabalhos que analisam o impacto do *TikTok*, dos memes ou das séries, por exemplo, demonstram essa preocupação em compreender os modos contemporâneos de produção e consumo de narrativas históricas, articulando-os à construção da consciência histórica dos jovens.

Além disso, ao tratar de temas sensíveis (como a ditadura militar), de lugares de memória ou da apropriação de identidades culturais e de resistência (*rap*, esportes, cultura *pop*), os estágios dialogam diretamente com um dos objetivos centrais da História Pública no Brasil: tornar o conhecimento histórico socialmente relevante, contribuindo para a formação crítica. Essa preocupação é também uma resposta à realidade brasileira, marcada por disputas em torno da memória, negacionismos e narrativas de exclusão que tornam urgente a valorização de perspectivas plurais e democráticas.¹⁴

Portanto, a análise dos temas revela que o ensino de História, quando articulado à História Pública, assume o desafio de mediar a produção acadêmica e a cultura histórica socialmente compartilhada, reconhecendo os estudantes como sujeitos ativos nesse processo. No Brasil, essa relação reforça a

¹³ Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira, *História pública e ensino de história*, São Paulo: Letra e Voz, 2021.

¹⁴ Valdei Lopes de Araújo, "O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída", in Gêssica Guimarães, Leonardo Bruno e Rodrigo Perez, *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*, Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

ideia de que formar professores não significa apenas ensinar conteúdos, mas também preparar mediadores capazes de lidar com múltiplas linguagens, memórias e identidades, ampliando os sentidos da disciplina escolar e fortalecendo sua relevância social. Os estágios são espaços privilegiados para essas articulações, mas existem outras estratégias que são desenvolvidas na FH-UFG e merecem destaque e análise nesse artigo.

Iniciativas e projetos além do estágio supervisionado

Além dos estágios supervisionados e da articulação entre ensino e pesquisa, que envolvem a elaboração de projetos pelos discentes, a FH-UFG desenvolve outras estratégias para fortalecer o diálogo entre a História Pública e a formação docente. Entre essas iniciativas, destacam-se o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (LEPEHIS) e o Grupo de Pesquisas e Estudos em Aprendizagem Histórica (AprendHis).

A integração entre o estágio supervisionado, o LEPEHIS e o grupo de pesquisa tem incentivado a divulgação das produções dos estudantes em diferentes espaços. Um dos resultados mais significativos desse processo é a publicação de textos em revistas de divulgação científica, como a *Caliandra*,¹⁵ da seção goiana da Associação Nacional de História (ANPUH-GO), e a *Palavras Abertas*,¹⁶ da Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino de História (ABEH).

Nesse sentido, citamos duas experiências que exemplificam como os alunos têm se engajado a uma das dimensões fundamentais da História Pública: a ampliação dos canais de circulação do conhecimento histórico para além do formato tradicional das revistas científicas. Em “Uso de narrativas sobre esportes no ensino de História”,¹⁷ o discente Euler Oliveira Araújo aborda a utilização de narrativas ligadas aos esportes como recurso didático-histórico, considerando as conexões políticas e culturais dessas narrativas no ensino de História. Essa produção se enquadra no que compreendemos por História Pública, por explorar as ligações entre práticas culturais compartilhadas (esportes) e como elas podem ser apropriadas didaticamente. Além disso, o texto caracteriza-se como uma produção de divulgação científica, estratégia marcante da História Pública.

¹⁵ *Caliandra*, <https://anpuhgoias.com.br/revista/index.php/caliandra/index>.

¹⁶ *Palavras ABEHrtas*, <https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas>.

¹⁷ Euler de Oliveira Araújo, “Uso de narrativas sobre esportes no ensino de História”, *Palavras ABEHrtas*, v. 1, n. 1 (2022), pp. 1-12.

A discente Ana Beatriz Bernardes também publicou um texto com essas características na Revista *Caliandra*,¹⁸ em que a autora apresenta reflexões voltadas para a chamada história pública militar. No texto “Contribuições para a história pública militar: reflexões a partir da circulação de narrativas no espaço público”, Bernardes problematiza como as narrativas sobre o passado militar se constituem e circulam no espaço público, destacando que elas não são neutras, mas resultado de escolhas, silenciamentos e estratégias de legitimação. O artigo dialoga diretamente com os debates da História Pública no Brasil, ao mostrar que a memória militar, ao ser exposta e reforçada publicamente, precisa ser compreendida como campo de disputa de representações. A proposta se conecta, portanto, à formação da consciência histórica dos estudantes, entendendo-os como sujeitos que também transitam por essas narrativas públicas e precisam desenvolver ferramentas para interpretá-las de forma crítica.

O Grupo de Pesquisas e Estudos em Aprendizagem Histórica (AprendHis), nesse sentido, também atua na interface entre História Pública e ensino de História, propondo uma reflexão sobre como os sujeitos aprendem história em múltiplos espaços — não apenas na sala de aula, mas também por meio de mídias, museus, práticas culturais, narrativas de memória e movimentos sociais. Essa perspectiva conecta-se com os objetivos da História Pública, que busca compreender os usos sociais do passado e a circulação das narrativas históricas no espaço público. Ao investigar como os estudantes se relacionam com o passado por meio dessa variedade de lugares, formas e linguagens, o grupo evidencia que o ensino de História não pode se restringir à transmissão de conteúdos escolares, devendo dialogar com a cultura histórica vivida pelos alunos. As atividades do grupo iniciaram no ano de 2021 e até o momento realizaram-se diversas atividades que reúnem estudantes, docentes e demais interessados para compartilhar pesquisas e experiências, principalmente através dos Ciclos de Estudos AprendHis, uma ação de extensão que totaliza seis edições entre 2022 e 2025.

O AprendHis contribui para aproximar a História escolar da História Pública, reconhecendo que os estudantes chegam à escola carregados de experiências e representações históricas produzidas socialmente. Ao mesmo tempo, desenvolve pesquisas e propostas que valorizam linguagens contemporâneas e práticas culturais como mediadoras do conhecimento histórico, promovendo a formação de professores capazes de problematizar os usos públicos da História e incorporá-los criticamente às práticas de ensino.

¹⁸ Ana Beatriz Bernardes, “Contribuições para a história pública militar: reflexões a partir da circulação de narrativas no espaço público”, *Revista Caliandra*, v. 1, n. 1 (2021), pp. 1-15.

Dessa forma, o grupo articula consciência histórica e cidadania, demonstrando que a relação entre História Pública e ensino é fundamental para refletir sobre as narrativas que circulam na sociedade e seus impactos na construção de identidades. Assim, o AprendHis consolida-se como um espaço de mediação entre a produção acadêmica, a cultura histórica e os múltiplos usos do passado no presente.

O *Laboratório de Ensino e Pesquisa em História (LEPEHIS)* atua,¹⁹ também, como um espaço de articulação entre pesquisa, ensino e extensão, promovendo a investigação sobre metodologias e recursos didáticos que aproximem o ensino de História da sociedade e da História Pública. Por meio de oficinas, pesquisas e atividades formativas, o laboratório busca compreender como diferentes linguagens podem ser incorporadas ao ensino para tornar o conhecimento histórico mais acessível, plural e crítico. Neste ambiente, seja de forma virtual ou presencial, foram desenvolvidas dezenas de oficinas ao longo dos anos de 2023 a 2025. Muitas dessas propostas tratam de temas diretamente ligados à História Pública, mas mesmo aqueles que aparentemente se distanciam dessas discussões acabam funcionando também como ações de ampliação da esfera de atuação de historiadores para além dos campos convencionais. A seguir, apresentamos um quadro com algumas das oficinas desenvolvidas no LEPEHIS:

Quadro 2 - Oficinas LEPEHIS desenvolvidas no entre 2023 e 2025

Tema/título	Coordenação	Período
História Pública e mídias digitais	Gabrielle Oliveira (Mestranda em Ensino de História - ProfHistória UFG)	2023/2
Aprendizagem histórica e ludicidade	Lucilia Dieguez (Mestra em História pela UFF; professora de História no RJ)	2023/2
RPG e Ensino de História	Adriel de Oliveira Dias (Mestre em História PPGH UFG/Graduando Psicologia UFG), Gabriel Oliveira Dias (Graduando Artes Visuais UFG) e Jullyana Silva Rosa (Graduanda Psicologia UFG)	2024/1
Educação patrimonial e Museus Virtuais	Mariana Archanjo Soares (Mestranda em Ensino de História - ProfHistória UFG) e Pablo Lisboa (DigitalLab/ FCS UFG)	2024/1
Formas de narrar o passado em quadrinhos (oficina ligada ao I	Isadora Portella Conde (Graduanda História FH UFG; bolsista	2024/2

¹⁹ LEPEHIS, <https://lepehis.historia.ufg.br/>.

Colóquio Internacional “História Gráfica”)	FAPEG)	
O Cinema Brasileiro de Curtas-Metragens Como Fonte na Didática Reconstructivista da História	Thiago Alecrim de Souza, Rafaela Camello da Mat e Bárbara Dezembrina Barros da Silva (Graduandos História UFG)	2024/2
A África que as grandes mídias não mostram para você!	Lorena Lúcio dos Santos (Mestranda em Ensino de História - ProfHistória UFG)	2025/1
Áreas de atuação para além da licenciatura	And Pereira da Silveira (Mestrando PPGH UFG) e Laís de Freitas e Silva (Mestranda PPGH UFG)	2025/1
Relatos gráficos em formato de quadrinho como fonte histórica: dificuldades, produção e desenvolvimento	Dyovana Barbosa de Oliveira (Graduanda História UFG)	2025/1
Educação Patrimonial: os patrimônios sensíveis no Brasil	Gabriel Santos Cardoso (Graduando História UFG)	2025/2
Memento Mori: como a Arte explica a evolução do Conceito de Morte na Sociedade	Gabriel Vargas Rosalves, Pedro Henrique Oliveira Gradim, Nathalia Karolliny Borges Freitas e Marya Eduarda Moraes Ferreira (Graduandos História UFG)	2025/2

Fonte: O autor a partir dos dados do Site do LEPEHIS (<https://lepehis.historia.ufg.br/>).

As oficinas desenvolvidas no LEPEHIS, realizadas entre 2023 e 2025, evidenciam um esforço coletivo para aproximar o ensino de História de temas, linguagens e suportes que dialoguem com a sociedade, característica fundamental da História Pública. Ao privilegiar práticas voltadas à circulação social do conhecimento histórico, elas apontam para a necessidade de repensar o papel do historiador e do professor de História diante das demandas contemporâneas de comunicação, memória e identidade.

A diversidade de propostas mostra como o campo da História Pública se manifesta em múltiplas frentes. Oficinas como “História Pública e mídias digitais” e “A África que as grandes mídias não mostram para você!”, por exemplo, problematizam as formas de representação e divulgação da História em ambientes digitais e midiáticos, ampliando o debate sobre circulação de narrativas históricas fora do espaço acadêmico. Já iniciativas como “Formas de narrar o passado em quadrinhos” e “Relatos gráficos em formato de quadrinho como fonte histórica” aproximam o ensino da cultura visual e de linguagens populares, favorecendo práticas de divulgação do conhecimento historicamente produzido e situado.

Outras experiências se voltam para a relação entre História, memória e patrimônio, como as oficinas “Educação patrimonial e Museus Virtuais” e “Educação Patrimonial: os patrimônios sensíveis no Brasil”, que exploram dimensões materiais e imateriais da cultura, em diálogo com debates de preservação e sensibilização histórica. Da mesma forma, atividades como “Memento Mori: como a Arte explica a evolução do Conceito de Morte na Sociedade”, voltadas para a arte e as sensibilidades, ampliam o horizonte das práticas educativas.

Há também propostas que valorizam a ludicidade e a experimentação narrativa – como “RPG e Ensino de História” e “Aprendizagem histórica e ludicidade” –, demonstrando que o ensino pode se abrir a práticas interativas que estimulam a consciência histórica e a participação ativa dos sujeitos. Nesse sentido, oficinas como “Áreas de atuação para além da licenciatura” revelam ainda uma preocupação com a inserção profissional e a multiplicidade de espaços em que o historiador pode atuar publicamente.

Em conjunto, essas oficinas revelam a consolidação de uma agenda formativa que integra ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da História Pública. Elas mostram que a formação em História não pode se restringir à sala de aula ou à produção acadêmica, mas deve dialogar com as formas pelas quais a sociedade consome, debate e ressignifica o passado. As atividades do LEPEHIS evidenciam que o ensino de História não equivale à transmissão de conteúdos, mas envolve a mediação de experiências culturais e sociais, considerando os modos pelos quais estudantes já vivenciam e interpretam o passado em diferentes contextos.

O laboratório, assim, contribui para a formação de professores e estudantes pesquisadores, incentivando a problematização dos usos públicos da História e o desenvolvimento de metodologias que articulam a sala de aula com museus, mídias digitais, lugares de memória e outras práticas culturais. Dessa forma, o LEPEHIS funciona como um elo entre a pesquisa acadêmica, a educação formal e a sociedade, fortalecendo a consciência histórica e a cidadania crítica ao integrar o ensino de História com as demandas e possibilidades da História Pública.

Considerações finais

As experiências desenvolvidas na FH-UFG entre 2020 e 2025 demonstram que a articulação entre ensino de História e História Pública é capaz de ampliar significativamente os sentidos da formação docente. Os estágios supervisionados, aliados a iniciativas como o AprendHis e o LEPEHIS, evidenciam que o aprendizado histórico vai além da sala de aula, envolvendo

múltiplos espaços, linguagens e práticas culturais. Os trabalhos realizados pelos estagiários mostram que os estudantes atuam em diálogo com a cultura histórica, em cujo contexto o ensino dialoga com os usos públicos do passado.

Além disso, a análise das produções acadêmicas e dos projetos institucionais revela que a História Pública não é um objeto de estudo, mas uma perspectiva que permite problematizar narrativas e articular saber científico e demais formas de conhecimento que circulam na esfera pública. A integração entre História Pública e ensino de História na FH UFG reforça a importância de formar professores capazes de mediar múltiplas linguagens, contribuindo para a construção de uma educação histórica plural, crítica e socialmente relevante. Essa experiência evidencia que o ensino de História, quando articulado com os princípios da História Pública, transforma-se em uma frente de diálogo entre pesquisa acadêmica, cultura histórica e práticas pedagógicas, fortalecendo o papel da disciplina na formação de sujeitos conscientes e atuantes na sociedade.

Porém, essa articulação não está dada. O contexto da pandemia de Covid 19 acentuou o uso de tecnologias digitais e, mesmo isolando as pessoas do convívio presencial, acabou estimulando as interações na esfera pública. Entre 2020 e 2022 todos os eventos e atividades acadêmicas passaram a ocorrer via plataformas digitais e isso facilitou a aproximação de diferentes sujeitos na construção do conhecimento histórico compartilhado. O que antes ocorria predominantemente nos espaços acadêmicos acabou se espalhando e atingiu diferentes públicos, os quais passaram a interagir e participar de atividades como os *Ciclos de Estudos AprendHis*, por exemplo.

No entanto, essa etapa foi se transformando com o retorno das atividades presenciais em meados de 2022. Hoje vivemos outro contexto político e social que, por vezes, nos faz esquecer do que vivemos há alguns anos. Essa aceleração das mudanças mobiliza estratégias para que historiadores e professores continuem a marcar presença no cenário de debates públicos, mas exige habilidades, conhecimentos e leituras da realidade que outrora não eram comuns no cotidiano desses profissionais. Nesse sentido, as experiências aqui apresentadas e analisadas, desenvolvidas entre 2020 e 2025 na FH UFG, buscam contribuir para a reflexão acerca desse processo, não como receita a ser seguida, mas como um conjunto de possibilidades a serem investigadas e pensadas em outros contextos. A relação entre ensino de História, História Pública e formação docente tem muito a contribuir para pensarmos os novos desafios e alternativas para a atuação de historiadores no tempo presente e no horizonte que vislumbramos para os próximos anos.

Referências:

Ana Beatriz Bernardes, “Contribuições para a história pública militar: reflexões a partir da circulação de narrativas no espaço público”, *Revista Caliandra*, v. 1, n. 1 (2021), pp. 1-15.

Ana Lima Kallás, “Usos públicos da História: origens do debate e desdobramentos no ensino de História”, *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12 (2017), pp. 130-157, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.351>.

Arnaldo Szlachta e Wilian Junior Bonete, “A consciência histórica e a cultura histórica: construção de sentidos através da competência narrativa”, in Cristiano Nicolini, Maria da Conceição Silva (org.), *Natureza, diversidade e os desafios para a cultura histórica*, Teresina: Cancioneiro, 2025, pp. 105-128.

Cristiano Nicolini, “Didática da História e a esfera pública”, in Arnaldo Szlachta (et al.), *Didática da história: abordagens e conceitos para sala de aula*, Recife: Edupe, 2025, pp. 251-264.

Euler de Oliveira Araújo, “Uso de narrativas sobre esportes no ensino de História”, *Palavras ABEHrtas*, v. 1, n. 1 (2022), pp. 1-12.

Jörn Rüsen, *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*, Curitiba: EdUFPR, 2015.

Maria Auxiliadora Schmidt, “Jovens brasileiros, consciência histórica e vida prática”, *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9 (2016), pp. 31-48, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v5i9.232>.

Maria da Conceição Silva, Breno Mendes e Cristiano Nicolini, *Didática da história: perspectivas, debates e possibilidades*, Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai, “Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula”, *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15 (2019), pp. 89-110, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.506>.

Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira, *História pública e ensino de história*, São Paulo: Letra e Voz, 2021.

Rafael Saddi, “O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma Didática da História ampliada”, *Acta scientiarum*, v. 34, n. 2 (2012), pp. 211-220, <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.16989>.

Valdei Lopes de Araújo, “O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída”, in Gêssica Guimarães, Leonardo Bruno e Rodrigo Perez, *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*, Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

Vitória Azevedo da Fonseca, Marcella Albaine Farias da Costa e Marcus Leonardo Bomfim Martins, “Entrevista com Flávia Caimi Entre afetos, aprendizagens e

partilhas: desafios ao campo do Ensino de História”, *Revista História Hoje*, v. 10, n. 20 (2021), pp. 203-217, <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i20.796>.

Artigo recebido em 01-10-2025. Aceito para publicação em 09-11-2025.

Citação: Cristiano Nicolini, “Ensino de História, História Pública e formação docente”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-20.

Contato da autora: Cristiano Nicolini: cristianonicolini@ufg.br.